

Editorial

Estamos apresentando o segundo número da *RBPG*, dando prosseguimento ao objetivo proposto de consolidar a revista como um espaço de divulgação de idéias e informação para o público ligado à pós-graduação no Brasil. Nossos colaboradores, assim como nossos consultores e pareceristas, são parte efetiva desse esforço, construindo o perfil da revista e fortalecendo e apontando novos caminhos para a pós-graduação.

O ano de 2004 foi o da avaliação da Capes. Como de costume, exigiu dos representantes de área e de suas comissões um trabalho exaustivo que se estendeu de abril até o fim de dezembro, com a decisão final do Conselho Técnico Científico (CTC). Em julho, na fase central da avaliação propriamente dita, foi feita uma consulta aos membros das 44 comissões de avaliação sobre a conveniência de incorporar, no próximo ciclo avaliativo, sugestões encaminhadas em diferentes momentos à Agência.

O artigo “O que mudar na avaliação da Capes” abre a seção Estudos com uma análise dos resultados dessa consulta, que também foi estendida a coordenadores de programas de pós-graduação de instituições privadas. Os resultados mostram que antigas reivindicações como “simplificar o conjunto de relatórios, tabelas e cadernos utilizados na avaliação...” têm consenso unânime, enquanto outras propostas – até hoje à margem da tradição da avaliação da pós-graduação – dividem as opiniões dos respondentes, independentemente das áreas de atuação e do grupo selecionado a que pertencem. Os argumentos, ressalvas e observações alegadas fornecem matéria para um profícuo debate sobre as questões propostas. Algumas das questões que foram objeto da consulta – mestrado profissional, interdisciplinaridade e impacto socioeconômico da pós-graduação – são temas abordadas também em outros artigos desta edição da *RBPG*.

No estudo “Pesquisa e pós-graduação brasileira – assimetrias”, o autor utiliza dados das agências de fomento, em especial da Capes e do CNPq, bem como sugestões debatidas em reuniões promovidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop), no período de 1998 a 2004. Uma abordagem crítica é desenvolvida no que diz respeito às políticas adotadas para a distribuição dos cursos, mostrando que os critérios utilizados deixam, em muitos casos, de considerar aspectos relevantes, como as questões demográficas nacional, regionais e estaduais, levando a equívocos que resultaram na ampliação de desigualdades e desequilíbrios intra-regionais e intra-estaduais. O autor aponta, como proposta, a necessidade da adoção de políticas de planejamento estratégico que envolvam os Estados e as instituições ali existentes, para, num esforço conjunto, reduzir os desequilíbrios entre os Estados brasileiros.

O artigo “A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas” traz uma análise do desenvolvimento da pesquisa nessa área específica. O estudo parte de uma crítica dirigida à produção científica em Direito, caracterizada como relativamente atrasada.

A possível existência de um conflito jurídico entre planejamento e liberdade científica é o tema do artigo “Liberdade científica e planejamento: uma tensão aparente”. O autor aborda, no contexto da pós-graduação, o conceito de planejamento científico e sua legalidade, a relação do planejamento com a publicidade e a eficiência em pesquisa.

O mestrado profissional está constituindo-se em um dos focos de atenção da Capes que vê, nessa modalidade de estudo, um caminho válido de flexibilizar a pós-graduação e de atender à demanda da sociedade. O primeiro trabalho da seção Experiências, “Um olhar sobre a práxis pedagógica do mestrado profissional em Administração da Universidade Federal da Bahia”, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional da Escola de Administração (MPA) da Universidade Federal da Bahia. A ênfase da análise é a prática pedagógica desenvolvida nesse curso.

“A expansão da pós-graduação na Fundação Oswaldo Cruz: contribuição para a melhoria da educação científica no Brasil”, contextualiza a atual crise brasileira na educação científica e examina os fatores que levaram uma instituição tradicional de pesquisa a se ocupar com as questões de ensino de Biociências e Saúde.

O terceiro trabalho dessa seção aborda a questão interdisciplinar. Em “Pesquisa interdisciplinar na pós-graduação: (des)caminhos de uma experiência em andamento”, os autores fazem a análise de uma experiência de construção de um programa de pesquisa interdisciplinar. São descritos os caminhos percorridos desde a definição da problemática, passando pela constituição da equipe, até a discussão dos primeiros resultados. A reflexão sobre a experiência vivenciada na construção desse processo desvela a riqueza da aprendizagem do trabalho em conjunto, do ponto de vista interdisciplinar.

O Qualis, criado pela Capes, é um valioso instrumento para melhorar a avaliação da pós-graduação na medida em que permite identificar a qualidade dos periódicos nacionais e, conseqüentemente, a produção intelectual dos programas. O artigo “Qualis de Letras/Linguística: uma análise de seus fundamentos” discute os princípios de avaliação e classificação dos periódicos empregados na base Qualis dessa área e propõe um modelo alternativo de avaliação e classificação.

Na seção Debates, são apresentados dois temas que merecem aprofundamento e sobre os quais há pouco consenso: um refere-se à posição da pós-graduação *lato sensu* no contexto da educação superior e o outro ao papel da pós-graduação para além da academia: seu possível

impacto socioeconômico. O artigo “Contribuições ao debate da pós-graduação *lato sensu*” procura apresentar algumas questões sobre o papel da pós-graduação *lato sensu*, sua flexibilização e a indefinição conceitual, regulatória e avaliativa desse nível de ensino.

No artigo “Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: idéias para (avali)ação”, o autor defende que a avaliação da pós-graduação deve incorporar também indicadores de relevância social e econômica. Preconiza uma maior participação, juntamente com os pesquisadores, de estudantes de pós-graduação e de usuários do conhecimento na definição de políticas e diretrizes relativas à pós-graduação no Brasil.

Um debate sobre a avaliação na área de Educação Física fecha esta seção. Os autores de “avaliação da Educação Física em debate: implicações para a subárea pedagógica e sociocultural”, questionam, a partir de um artigo de Kokubun (2003) – atual representante da área na Capes –, os critérios utilizados pela Agência e suas conseqüências, especialmente para os que privilegiam enfoques pedagógicos e socioculturais. Enriquece a polêmica algumas pontuações e esclarecimentos prestados por Kokubun.

Na seção Documentos, os textos apresentados são:

1. Portaria nº 68, de 3 de agosto de 2004;
2. PRODOC;
3. Regulamento da *RBPG*;
4. *RBPG*: normas para colaborações.

Fernando Spagnolo
Editor